

**MULHERES LETRADAS NO SÉCULO XVIII: LITERATURA, FEMINISMO E EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA FICÇÃO HISTÓRICA *CARTA À RAINHA LOUCA*, DE MARIA VALÉRIA REZENDE**

**Mujeres letradas en el siglo XVIII: literatura, feminismo y educación a través de la ficción histórica *Carta à rainha louca*, de Maria Valéria Rezende**

Daniela de Campos<sup>1</sup>

Maria Cláudia Moraes Leite<sup>2</sup>

**Resumo:** O texto que segue é fruto de um diálogo entre pesquisadoras que se dedicam às pesquisas que relacionam História e Literatura, aliadas a temas como gênero, decolonialidade e educação. Nesse contexto, analisamos o livro *Carta à rainha louca* (2019), de Maria Valéria Rezende, com o objetivo de entender como as mulheres livres e pobres do século XVIII, num território submetido à colonização, conseguiam utilizar estratégias e subterfúgios para ter acesso a uma certa instrução formal. Além disso, pretendemos verificar como uma narrativa ficcional, nesse caso baseada em pesquisa histórica, pode auxiliar na compreensão da situação das mulheres em uma dada realidade e dar visibilidade à história de personagens históricas que, muitas vezes, são secundarizadas pela historiografia. Dessa forma, o estudo foi realizado tendo em vista a compreensão da obra literária ficcional à luz das interpretações históricas sobre o período em que se desenvolve a narrativa, tendo também o pensamento feminista descolonizador como perspectiva de análise. Ao final, compreendem-se as potencialidades da utilização da literatura ficcional, em especial daquela escrita pelas mulheres, para o entendimento de dadas situações histórico-sociais e para o ensino em diferentes níveis.

**Palavras-chave:** Literatura. Mulheres. Educação.

**Resumen:** El texto que sigue es el resultado de un diálogo entre investigadoras que se dedican a la investigación que relaciona Historia y Literatura, en conjunto con temas como género, decolonialidad y educación. En este contexto, analizamos el libro *Carta à rainha louca* (2019), de Maria Valéria Rezende, con el objetivo de entender cómo las mujeres, libres y pobres, del siglo XVIII, en un territorio sometido a la colonización, lograban utilizar estrategias y subterfugios para acceder a una cierta instrucción formal. Además, pretendemos verificar cómo una narrativa ficcional, en este caso basada en investigación histórica, puede ayudar a comprender la situación de las mujeres en una realidad determinada y dar visibilidad a la historia de personajes históricos que a menudo son relegados por la historiografía. De esta manera, el estudio se realizó con el objetivo de comprender la obra de ficción a la luz de las interpretaciones históricas sobre el período en el que se desarrolla la narrativa, considerando

<sup>1</sup> Licenciada, Mestra e Doutora em História. Pós-doutorado realizado na Universidade do Estado de Santa Catarina, junto ao Programa de Pós-Graduação em História. Docente do IFRS – Campus Farroupilha. Orcid <https://orcid.org/0000-0002-6737-7764>. E-mail: [daniela.campos@farroupilha.ifrs.edu.br](mailto:daniela.campos@farroupilha.ifrs.edu.br)

<sup>2</sup> Bacharela, Mestra e Doutora em História. Pesquisadora no GENHI – Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero e História (IFCH-UFRGS). Orcid <https://orcid.org/0000-0002-5784-7080>. E-mail: [leite.mariaclau@gmail.com](mailto:leite.mariaclau@gmail.com)

también el pensamiento feminista decolonizador como perspectiva de análisis. Al final, se comprende las potencialidades de la utilización de la literatura ficcional, especialmente aquella escrita por mujeres, para entender determinadas situaciones histórico-sociales y para la enseñanza en diferentes niveles.

**Palabras clave:** Literatura. Mujeres. Educación.

## 1 Introdução

Se hoje conseguimos falar, escrever e nos posicionar como mulheres, durante muito tempo isso foi vedado a muitas de nós. A História nos dá vários exemplos de como o conhecimento foi negado às mulheres pelo simples fato de pertencerem ao gênero feminino (Oliveira, 2018; Saavedra, 2021; Solnit, 2017). Durante o século XVIII, no Brasil, território colonizado, e em Portugal, ainda que metrópole, nação marcada pelo catolicismo exacerbado e pouco tocada pelos novos conhecimentos trazidos pelo Iluminismo, esta era a realidade social de suas habitantes. Nesses dois espaços distintos vivem as personagens femininas do romance histórico *Carta à rainha louca* (2019), da autora brasileira Maria Valéria Rezende, objeto de análise deste artigo.

Nesse texto, vamos percorrer a trajetória de duas personagens da narrativa ficcional de Rezende: Isabel e a rainha Maria I. Entre as duas, havia um oceano que as separava, geográfica e socialmente, pois a primeira vivia no Brasil e a outra em Portugal; uma era a rainha, a outra era a súdita desconhecida e totalmente sem posses. Tinham, em comum, a devoção à fé católica e o fato de serem letradas em um mundo em que isso era raro na condição feminina. Dessa forma, temos como objetivo entender como as mulheres livres e pobres do século XVIII, num território submetido à colonização, conseguiam utilizar estratégias e subterfúgios para ter acesso a uma certa instrução formal. Além disso, pretendemos verificar como uma narrativa ficcional, nesse caso baseada em pesquisa histórica, pode auxiliar na compreensão da situação das mulheres em uma dada realidade e dar visibilidade à história de personagens históricas que, muitas vezes, são secundarizadas pela historiografia. O resultado da análise, por consequência, poderá se converter em um instrumento útil na história ensinada, auxiliando jovens estudantes na compreensão sobre o papel feminino em diferentes épocas e contextos.

A análise aqui proposta justifica-se por estar em consonância com a Lei nº 14.986/2024, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e prevê a obrigatoriedade da “inclusão de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares”. Além disso, a referida lei também menciona que:

As abordagens a que se refere este artigo devem incluir diversos aspectos da história, da ciência, das artes e da cultura do Brasil e do mundo, a partir das experiências e das **perspectivas femininas**, de forma a resgatar as contribuições, as vivências e as conquistas femininas nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política. (Brasil, 2024, grifo nosso).

Com isso, é importante que não só possamos, cada vez mais tratar da participação das mulheres na História e de sua contribuição para o avanço em diferentes áreas do saber na Educação Básica, mas que o façamos desde a perspectiva feminina. Isto é: desde a narrativa das próprias mulheres.

Diante do exposto, elegemos o pensamento feminista como perspectiva de análise de *Carta à rainha louca* (2019). O feminismo pode ser considerado, ao mesmo tempo, teoria social crítica, movimento social e prática política. Para Carneiro (2019a, p. 251), trata-se de um “fenômeno social, cultural que assume feições específicas de acordo com o lugar e os sujeitos que dele ou nele falam”. Para esse trabalho, optamos, especificamente, por utilizar os feminismos descolonizadores, uma vez que agregam diversas vertentes feministas contra-hegemônicas<sup>3</sup> comprometidas com a emancipação de corpos, mentes e territórios das estruturas da colonialidade do poder<sup>4</sup>. São esses feminismos que também estão implicados na denúncia dos problemas causados pelo neoliberalismo capitalista. Desse modo, evidenciamos passagens do livro que nos permitiram questionar e desconstruir discursivamente as formas de conhecimento e poder impostas pelo colonialismo e pelo patriarcado, estabelecendo hierarquias e exclusões. Ao questionarmos esse mecanismo, tendo como lente o feminismo decolonial, buscamos compreender os processos de sua construção, os interesses que eles atendem e de que maneira contribuem para a manutenção das desigualdades.

Além disso, como coloca María Lugones (2019), o feminismo decolonial não nos proporciona uma análise apenas sobre a opressão das mulheres subalternizadas pela combinação de processos de racialização, colonização e exploração capitalista. Em suas palavras, “ele vai além da opressão, fornecendo materiais que permitem que as mulheres entendam a sua situação sem sucumbir a ela” (Lugones, 2019, p. 363). É dessa maneira que examinamos a obra de Maria Valéria Rezende, observando as opressões às quais as personagens são submetidas naquele passado e relacionando-as com as existentes hoje em dia, sem esquecer de apontar, sempre que possível, caminhos para a superação dessas opressões e formas de não se render a elas.

## 2 A autora, a obra e as personagens femininas

Partimos do pressuposto de que é importante entendermos um pouco mais sobre a autoria da história a ser analisada, visto que, a partir desse entendimento, podemos apreender melhor as escolhas narrativas feitas pela autora. Nesse sentido, discernir acerca de quem produz uma obra literária que, para fins de análise, torna-se produto de conhecimento, relaciona-se com a ideia de que o conhecimento nunca é imparcial e neutro, posto que sempre é produzido a partir de um lugar e de um ponto de vista. Assim, estamos de acordo com Ramón Grosfoguel, que entende a importância de “distinguir o ‘lugar epistêmico’ e [o] ‘lugar social’” (Grosfoguel, 2018, p. 409) do sujeito enunciativo. É o que o autor denomina de *lócus de enunciação*, ou seja: o “lugar geopolítico e o corpo-político do sujeito que fala” (Grosfoguel, 2018, p. 408).

Há muitas coisas a se dizer de Maria Valéria Rezende, e uma delas é que a autora não esconde o lado político de onde fala e vive. Sua biografia e suas obras não deixam dúvidas quanto a isso. Rezende é freira missionária e educadora popular, antes de ser autora. Contudo,

---

<sup>3</sup> Dentre os feminismos descolonizadores, destacamos as seguintes perspectivas e autoras: teorias feministas decoloniais: Lugones (2019); contracoloniais: Núñez (2021); postcoloniais: Bidaseca (2010), Segato (2021); feminismos negros: Gonzáles (2020), Carneiro (2019b); feminismos chicanos e fronteiriços: Anzaldúa (2019); feminismos islâmicos: Adlbi Sibai (2017); transfeminismos: Nascimento (2021); teóricas do pensamento radical negro: Hartman (2020; 2022); entre outras.

<sup>4</sup> Colonialidade do poder é um conceito originalmente desenvolvido por Aníbal Quijano (1992; 1993). De acordo com Luciana Balestrin (2013, p. 99), o conceito “exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo”. Ver também Mignolo (2008).



do livro. Esses trechos correspondem aos “arrepentimentos” de Isabel, os momentos de maior sinceridade ou lucidez em sua escrita, que o decoro no entanto a impede de enviar à sua soberana. Porém, são nesses elementos rasurados, tachados no texto, que percebemos os mais profícuos pontos de crítica da narradora em relação às condições de vida do povo na Colônia e, em especial, à condição das mulheres.

Muito tenho hesitado em escrever-Vos, pois bem sei que mesquinhos são os infortúnios que Vos hei de relatar se comparados àqueles trabalhos que, desde Vossa régia infância, certamente tendes passado, que Rainha sois, mas nem por isso sois menos mulher, e sofrer e chorar é o quinhão de todas as filhas de Eva, não obstante sua condição neste mundo, ~~porque em todas as condições, aqui nestas colônias, em África, nas Índias, na China ou no Reino, no paço real ou na mais pobre aldeia do Vosso Império, estão submetidas às leis dos homens que muito mais duras são para as fêmeas e só para elas se cumprem, pois todos os seus pais e irmãos e maridos e filhos e varões quaisquer, clérigos ou seculares, só as querem para delas servirem-se e para dominá-las como aos animais brutos se faz, blasfemando vergonhosamente ao emprestar-lhe a Deus Nosso Senhor tão cruel desígnio.~~ Perdoai-me a rasura, Senhora, que se me ia a pena correndo sem peias pelo papel (Rezende, 2019, p. 10, grifo da autora).

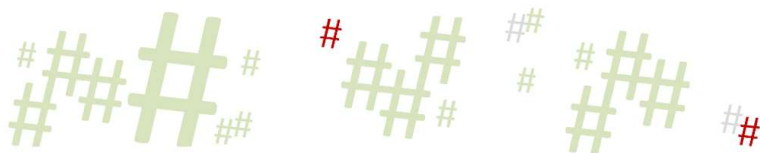
Assim, Isabel vai informando a Maria I o que lhe sucedeu e, de quebra, como vão as coisas no maior território português além-mar. Porém, algo que o leitor logo descobrirá é que a carta nunca chegará às mãos da destinatária e a trágica (e aventureira) narrativa da confinada quedar-se-á no próprio convento.

Isabel resolve escrever à rainha Maria I por súplica, pois quando inicia a escrita da carta está num convento em Olinda, aguardando para ser trasladada a Lisboa para ser julgada por um crime que lhe foi imputado – porém a esquecem por lá. Diz ela que recorre à rainha por ser ela a soberana, mas, acima de tudo, por ser mulher e “capaz de saber o que sofre outra mulher que clama por justiça” (Rezende, 2019, p. 9)

Isabel é uma mulher livre e branca, porém de família pobre. Órfã de mãe, vivia com seu pai, que trabalhava para um senhor de engenho na Bahia. Desde muito cedo, passou a conviver com a filha desse senhor, a sinhazinha Blandina, sendo sua companheira em tudo. Por conta disso, Isabel se alfabetizou, pois permanecia com a menina durante suas lições com o padre-mestre. Quando a jovem caiu nas graças de Diogo Lourenço, tendo engravidado para o desespero de Isabel, foi enviada para o interior para ter o filho. Após o parto, foi enviada ao convento em Salvador, juntamente com duas escravizadas que lhe iam cuidar. Contudo, Isabel deu um jeito de entrar no convento, destinado apenas para quem pudesse pagar, a fim de cuidar de sua ama e amiga.

Para manter Blandina viva e lúcida, Isabel muito se empenha. Vende os pertences da sinhazinha para comprar comida e, quando não há mais nada para comercializar, coloca-se à disposição da Madre Cartorária do Convento de Salvador, a qual não tinha as mesmas habilidades de escrita de Isabel e, por seus préstimos secretos, passa a receber valor mensal, suficiente para conservá-las no convento com certo conforto. Ao longo do romance, percebemos que o maior trunfo de Isabel e aquilo que a mantém viva, e também a coloca em situações perigosas, é o domínio da escrita e da leitura, que, para muitas mulheres daquela época, em especial mulheres pobres, não estava ao seu alcance. Por outro lado, na história de Maria Valéria Rezende, ele passa a ser um dos elos que une remetente e emissária. Assim, confessa Isabel à rainha:





se dedicou aos pobres e aos devotos e, pela primeira vez, iluminara as ruas de Lisboa, protegendo a população de malfeitores. Administrara o reino com discernimento. Esforçara-se por se rodear de quem aceitava e cumpria os propósitos de sua governança. Não havia qualquer sinal em seus atos ou comportamento de loucura, palavra cruel com que os médicos a diagnosticaram (Priore, 2019, p. 149).

Priore afirma que, muito possivelmente, aquilo que foi diagnosticado como loucura, de acordo com os relatórios dos médicos da Casa Real, eram “sintomas do que hoje chamamos de depressão” (Priore, 2019, p. 151). Além disso, havia interesses políticos em jogo. Apesar do povo ter apreço pela rainha, entre os “notáveis” ela nunca foi bem aceita: sempre desejaram que o trono fosse novamente ocupado por um homem. Assim, o enclausuramento – que vale para a literatura, mas também para a vida real das mulheres – foi a saída ideal para que as decisões políticas do reino voltassem novamente para quem de fato deve tomá-las: um homem.

Nos anos em que Isabel das Santas Virgens escreve à D. Maria I, de 1789 a 1792, esta ainda estava à frente do trono português. No entanto, já neste período, vinha sofrendo de períodos de depressão e era difícil para ela exercer o governo em alguns momentos (Priore, 2019). Muitas coisas lhe aconteceram anteriormente a esse período: perdeu seu marido e companheiro; a Revolução Francesa pôs em risco as monarquias na Europa; no Brasil, no mesmo ano, a região das Minas Gerais tentou separar-se de Portugal (Conjuração Mineira); morreram sua filha, seu neto e seu genro na Espanha. Esse conjunto de fatos deve ter abalado profundamente a rainha.

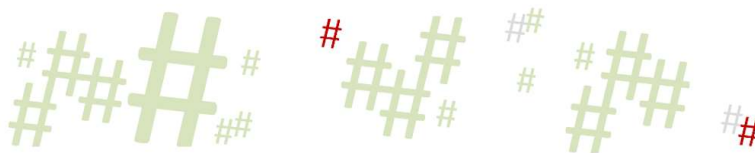
Em sua carta, Isabel não alude diretamente à suposta loucura da rainha, pois ela nada sabia do que se passava nas cortes de Lisboa. A loucura que aparece tantas vezes em suas missivas é a sua própria, contudo o leitor vai compreendendo que a loucura é compartilhada. Mesmo porque o título do livro revela que a destinatária também deve sofrer do mesmo mal. Mas, como a narradora se revela muito mais lúcida por suas críticas (ao sistema colonial, à condição feminina, ao tratamento recebido no convento) do que alienada, o leitor também é levado ao entendimento de que talvez D. Maria I também seja mais uma incompreendida pela época em que vive.

### **3 “Olhou-me espantada a freira e perguntou se eu de fato sabia ler e escrever”: a educação e instrução feminina no século XVIII**

É recente a produção historiográfica sobre o papel desempenhado pelas mulheres na História do Brasil. De acordo com Silva (2008), os trabalhos sobre as mulheres e sua participação na história remetem à década de 1980 e vêm tendo incremento nas últimas décadas. O olhar mais atento, especialmente por parte de historiadoras, demonstrou que as mulheres que viviam no Brasil colonial não eram necessariamente pacíficas e submissas à ordem patriarcal vigente, valendo-se das brechas do sistema para se moverem na sociedade colonial e, no extremo, cometerem, em alguns casos, algumas transgressões, “ainda que isto lhes custasse, muitas vezes, o recolhimento forçado em conventos, o confinamento doméstico ou, em casos mais extremos, a vida” (Silva, 2008, p. 228). Todavia, é preciso ressaltar que esse comportamento era mais fácil de ser encontrado entre as mulheres de segmentos sociais menos favorecidos da sociedade colonial.

De todo modo, é sabido que durante o período colonial a educação era bastante restrita, estando a cargo de religiosos, em especial dos jesuítas, e que atingia uma ínfima parcela da população. Diferentemente do modelo colonialista espanhol que, desde o século XVI, instalou universidades em suas possessões americanas – em 1538 foi criada a Universidade de Santo





Os ensinamentos religiosos das infantas eram dados por eclesiásticos, muitas vezes membros da própria Casa das Rainhas, consistindo em leituras de obras de espiritualidade cujos temas deviam lhes inculcar os valores essenciais de uma boa católica: a doçura, a compaixão e o amor maternal. [...] as jovens mulheres eram ensinadas a vencer suas grandes paixões cotidianamente, e a moderar as pequenas, tais como a impaciência, a cólera ou a aversão à dor. Sua educação era, antes de tudo, uma educação moral (Priore, 2019, p. 18).

Ainda que mulheres de elite e algumas pertencentes às camadas mais baixas da sociedade tivessem acesso à instrução ou educação formal no século XVIII, esta não era a regra. Por isso, a personagem ficcional Isabel teve êxito em situações que, para a maioria das mulheres vivendo no Brasil colonial dos setecentos, seria impensável.

Podemos intuir também que a autora elege justamente a capacidade de ler e escrever, e de criticar o mundo ao seu redor, como o elo entre quem relata a sua terrível situação, noticiando igualmente as injustiças cometidas do lado de cá do Atlântico, e a destinatária da narrativa. Nesse caso, o atributo de saber ler e escrever é uma espécie de poder que não pode ser totalmente revelado, pois pode ser muito perigoso se exercido por mulheres.

Além disso, há que se considerar que Maria Valéria Rezende opta por conceder esse tipo de poder à personagem principal do livro, visto que ela inclusive percebe esta como uma questão problemática, qual seja, a da escrita das mulheres ao longo do tempo. Assim, na biografia que Rezende escreveu sobre Patrícia Galvão e em que mescla com suas próprias memórias, afirma que:

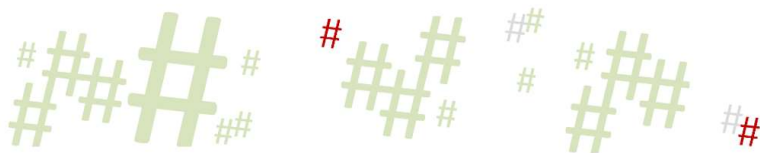
Uma coisa eu tenho certeza de que existe muito, que é desse tempo [anos 1930], e mesmo de antes desse tempo: a escrita de mulheres. [...] Porque as mulheres escreviam, disso eu tenho certeza. As mulheres escreviam, muitas vezes escreviam no próprio livro de receitas. Então você tinha uma receita de pastel e, em seguida, um poema (Rezende, 2023, p. 43).

Na seção a seguir, procuraremos evidenciar como a personagem principal do livro se livra de situações desafiadoras ou se coloca em perigo justamente pelas suas habilidades de escrita.

#### **4 “Esta carta que Vos escrevo é minha última esperança”: subvertendo papéis sociais na sociedade colonial**

Ao acompanhar o relato feito por Isabel na carta à rainha, ficamos sabendo que o seu primeiro ingresso no convento, localizado na cidade de Salvador (Convento do Desterro), ocorreu há trinta anos do momento em que ela inicia a escrita de suas epístolas, no ano de 1789. Naquela altura, contando ela e Blandina 15 anos de idade, Isabel internou-se deliberadamente no convento, para auxiliar sinhazinha e, também, porque não tinha mais para onde ir.

Apressuradamente entregaram aos braços da Abadessa e de uma sua assistente a minha pobre irmã e companheira, e a porta se fechou às costas de Blandina, para sempre. Nada pude fazer naquele instante, mas sabia que ela em pouco tempo morreria de melancolia, por mais que se esforçassem as boas Engrácia e Bernarda, também elas ali trancadas e doloridas por verem-se separadas dos seus. Decidi voltar, ainda sem saber por quais meios, para fechar-me ali com ela, enquanto precisasse de mim, que eu, profundamente triste, acreditava ser por pouco tempo, visto o estado de debilidade e melancolia da minha Sinhazinha (Rezende, 2019, p. 92-93).



Tempos antes da desgraça se abater sobre a jovem e, conseqüentemente, sobre Isabel, seu pai tinha fugido da fazenda onde viviam, pois havia matado um homem que tentara estuprar sua filha. Assim, sem o pai para lhe proteger e sem Blandina para cuidar, nada mais restava na fazenda para Isabel.

Contudo, seu primeiro ingresso no convento não foi fácil, pois não bastava bater à porta do claustro e pedir para entrar. Aquele era um local reservado para as poucas que podiam pagar o dote à congregação. Assim, Isabel valeu-se da astúcia e de suas habilidades para conseguir seu objetivo.

Pude então [...] esgueirar-me até o quarto de estudos onde o padre-mestre guardava com fartura folhas de papel, penas e tinta, apossar-me deles e tratar de forjar uma carta assinada por Dom Afonso Antunes de Castro, dirigida à Senhora Dona Abadessa do Convento do Desterro de Salvador, Bahia, declarando que enviava a portadora dessa carta, Isabel Maria das Virgens Alves da Estrela, para recolher-se ao dito convento onde deveria servir à sua filha Dona Blandina de Castro e Freitas, em religião Sor Blandina das Sete Chagas de Cristo, devendo Isabel Maria aí permanecer enquanto vivesse sua senhora, podendo entretanto sair à rua e voltar tantas vezes quantas fossem necessárias para prover ao bem-estar de sua, dele, filha (Rezende, 2019, p. 93-94).

Isabel aqui confessa seu primeiro delito, dentre tantos que irá narrar na carta para a rainha. De modo bastante perspicaz, coloca nesse documento que lhe permite estar junto à sinhazinha a possibilidade de sair do convento a hora que lhe aprouvesse, garantindo para si mobilidade destinada a poucas recolhidas. Como já mencionado nesse texto, o fato de dominar a escrita e a leitura também lhe garantiu boa fonte de renda dentro do convento, uma vez que lá se tornou auxiliar da Madre Cartorária.

Mas, antes disso, Isabel tentou outras formas de sustentar as duas, uma vez que o Convento não supria as necessidades das mulheres que ali estavam internadas. Cada família devia prover essas condições, e Dom Afonso de Castro havia abandonado sua filha apenas com o dote inicial e duas escravizadas, que também precisavam ser sustentadas. Assim, num primeiro momento, valendo-se da prerrogativa de poder sair à rua, Isabel vendeu tudo o que tinham de valioso. Quando não havia mais o que comercializar, Isabel pensou em “vender meus[seus] serviços de escritã e leitora como vira que faziam vários homens, alguns deles clérigos [...], recebendo pagamento por ler ou escrever cartas e outros papéis para os iletrados que eram tantos, quase todos”. (Rezende, 2019, p. 100). Desse intento, foi dissuadida por uma recente amiga, que vendia seus produtos num largo de comércio, que lhe avisou que “jamais alguém acreditaria que uma mulher fosse capaz de fazer bem aquele ofício próprio dos homens, e aqueles que ali estavam compunham uma corporação à qual havia que pagar altos direitos, comprar a licença e o espaço para estabelecer-se e officiar” (Rezende, 2019, p. 100-101). Não seguir os conselhos da amiga Antônia poderia ser um grande risco.

A vida no convento de Salvador seguia, com Isabel servindo à Madre Cartorária até a morte de Blandina. Como sabemos, na carta forjada apresentada para seu ingresso naquela instituição, Isabel ali permaneceria até a morte de sua senhora. Tendo isso ocorrido, estava ela já preparada pois

...desde antes concebi o ardil de obter trajes adequados e fazer-me de homem [...] Fazendo-me de macho, dotado do talento da escrita bela e escoreita, munido de folhas de papel, uma boa pena de metal, um frasco de tinta e lacre furtados do convento, mais alguns sinetes que talhei em madeira, muitas vezes me aventurei pelas ruas e tavernas, a ganhar tostões às custas dos iletrados senhores... (Rezende, 2019, p. 114).



um mensageiro com papéis escritos e selados, que reconheci logo como verdadeiros” (Rezende, 2019, p. 137), doando uma propriedade para que seu grupo pudesse se estabelecer.

Durante muitos anos, o grupo lá permaneceu vivendo sua vida e fazendo caridade a quem lhes procurasse até a chegada de um padre e depois mais outro. Isabel foi acusada de fundar um convento de freiras clandestino, contrariando as Ordens da Coroa Portuguesa que não permitia tal feito. E foi assim que, mais uma vez, Isabel das Santas Virgens foi enclausurada – dessa feita no Recolhimento da Conceição, na cidade de Olinda, onde inicia a correspondência com a rainha a fim de lhe contar tudo o que passou e mais as injustiças pelas quais passam as mulheres desprotegidas da Colônia.

## 5 Algumas considerações

Constância Lima Duarte, no artigo “Feminismo: uma história a ser contada” (2019), explica que o movimento inicial do feminismo brasileiro no século XIX tinha como primeira bandeira garantir às mulheres o direito básico de aprender a ler e a escrever, até então reservado aos homens. Segundo a autora, data de 1827 a primeira legislação que autorizou a abertura de escolas públicas femininas no país. Assim, ao olharmos para o texto de Rezende, fica ainda mais evidente a excepcionalidade da instrução formal recebida pela personagem Isabel no século XVIII, conforme explicado na seção anterior.

No decorrer da análise de *Carta à rainha louca*, vemos que o acesso de Isabel à escrita é o que primeiro a aproxima de Maria I, rainha de Portugal. São duas mulheres letradas – apesar da diferença da instrução recebida pela rainha e por Isabel, como já visto – em uma realidade em que isso era incomum para a condição feminina. Além disso, apesar das aproximações, há diferenças e afastamentos entre as personagens que permitem que se entenda melhor o papel de cada uma na sociedade setecentista – e o mais significativo é o que diz respeito à relação estabelecida entre colonizado e colonizador no contexto da modernidade colonial capitalista.

À época da escrita da carta por Isabel, o Brasil era uma colônia de Portugal e, como já dito, sobre a autora da missiva pesavam as opressões decorrentes da ocupação portuguesa. De acordo com María Lugones (2019, p. 358), com a colonização das Américas e do Caribe, “uma distinção hierárquica e dicotômica entre humanos e não humanos foi imposta sobre os colonizados, a serviço dos interesses do homem ocidental”. Dessa forma, os povos indígenas americanos e os africanos escravizados “eram classificados como não humanos – animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens” (Lugones, 2019, p. 358). Contudo, segundo a autora, essa diferenciação foi acompanhada de outras que seguiam a mesma lógica, como aquela estabelecida entre homens e mulheres – e é esta a que sobressai no texto construído por Rezende, ou seja, a opressão de gênero sofrida por Isabel numa sociedade contemplada por diversos outros tipos de opressão.

Embora Isabel seja caracterizada no texto de Rezende como uma mulher branca, ela não tinha o mesmo status de uma mulher branca europeia burguesa. Sobre a personagem, também recaem o preconceito e a violência por ter nascido num território considerado pelos colonizadores inferior, racializado e incivilizado. Daí a importância de demarcar o local que Isabel ocupa numa sociedade colonizada para que se entenda que a relação estabelecida entre ela e a rainha Maria I era distinta daquela entre súdita e realeza, pois estava atravessada também por múltiplas opressões originadas na diferença colonial.

A sociedade colonial se caracterizava pela exploração da colônia em detrimento do enriquecimento da metrópole. Nancy Fraser, num dos capítulos do livro *Capitalismo Canibal* (2024), discute o entrelaçamento entre capitalismo e opressão racial e as formas de expropriação

de riquezas dos povos racializados. A autora defende que existe uma base estrutural que favorece o entrecruzamento entre o sistema capitalista e a opressão racial, baseada na dependência que o capitalismo tem de dois processos analiticamente distintos, mas justapostos, na acumulação de capital: a exploração e a expropriação. Para Fraser (2024, p. 5), “é a separação dessas duas ‘ex’ e sua atribuição a duas populações diferentes que sustentam a opressão racial na sociedade capitalista”. Assim, o mundo se dividiria em áreas e regiões que ocupariam o centro, cuja mão de obra seria explorada sob o pretexto de uma troca contratual livre, e a periferia, cujas populações e naturezas estariam destinadas à expropriação, ou seja, ao confisco bruto de capacidades humanas e de recursos naturais, pelos quais pouco ou nada se paga. Desde o início, essa divisão, como argumenta a autora, era abertamente racializada, assim como as hierarquias de status a ela vinculadas – “cidadãos metropolitanos *versus* povos sujeitados nas colônias, indivíduos livres *versus* escravos, europeus *versus* nativos, brancos *versus* negros” (Fraser, 2024, p. 70) –, o que contribuía para distinguir regiões e populações apropriadas à exploração e à expropriação – divisão que, de certa forma, perdura até os dias de hoje. Dessa forma, o mundo em que Isabel vivia estava sujeito a explorações diversas, e nele o direito das mulheres era muito restrito ou praticamente nulo. Talvez escrever à rainha fosse realmente a única possibilidade que a personagem vislumbrava de alguma forma de justiça.

Por fim, observamos que trabalhar em sala de aula com o uso de literatura ficcional escrita por mulheres permite ao docente abordar as especificidades de gênero de uma determinada sociedade, suas mudanças e permanências, potencializando a compreensão de jovens estudantes sobre o papel feminino em diferentes épocas e contextos. Realizar a leitura a partir da perspectiva do feminismo descolonizador também é importante para que se evidencie a lógica da opressão na qual as mulheres estão sujeitadas, tanto na sociedade colonial do século XVIII quanto na sociedade neoliberal na qual vivemos.

Da mesma forma, também entendemos que esse tipo de abordagem em sala de aula cumpre papel na busca por uma educação e um ensino mais críticos, que se voltem contra uma narrativa única, centrada nos discursos nortecentrados, que, via de regra, excluem as mulheres do protagonismo histórico. Ademais, trabalhar com literatura escrita por mulheres, e com temática feminista, pode contribuir para contrapor aquilo que bell hooks chama de “mitos conservadores que se perpetuam” (hooks, 2017, p. 44).

O clamor pelo reconhecimento da diversidade cultural, por repensar os modos de conhecimento e pela desconstrução das antigas epistemologias, bem como a exigência concomitante de uma transformação das salas de aula, de como ensinamos e do que ensinamos, foram revoluções necessárias... (hooks, 2017, p. 45)

Ousamos afirmar que posicionar as mulheres no centro das narrativas, seja como produtoras do conhecimento, seja como alvo do discurso daquilo que se pesquisa e se aprende em sala de aula, ainda é uma revolução necessária na busca de uma educação menos desigual que vise justiça social.

## Referências

ADLBI SIBAI, Sirin. **La cárcel del feminismo: hacia un pensamiento islámico decolonial.** México D.F.: Akal, 2017.

ANZALDÚA, Gloria. La consciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BALESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89–117, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BIDASECA, Karina. **Perturbando el texto colonial: los estudios (pos)coloniales en América Latina**, Editorial SB, 2010.

BRANDÃO, Ruth Silviano. A loucura feminina na letra do texto. *In*: BRANCO, Lucia Castello; BRANDÃO, Ruth Silviano (org.). **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004. p. 51–57.

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14986-25-setembro-2024-796400-publicacaooriginal-173212-pl.html>. Acesso em: 3 mar. 2025.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo-Feminismos. *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Editora UFGD, 2019a. p. 251–254.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b.

DEL PRIORE, Mary. **D. Maria I: As perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como “a louca”**. São Paulo: Benvirá, 2019.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. *In*: Heloisa Buarque de Hollanda (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



SAAVEDRA, Carola. **O mundo desdobrável**: ensaios para depois do fim. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na História da Educação brasileira. **HISTEDBR**, Campinas, 25 ago. 2005. Disponível em: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/dermeval\\_saviani\\_artigo\\_0.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/dermeval_saviani_artigo_0.pdf). Acesso em: 11 abr. 2025.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **POLITEIA**: História e Sociedade, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223–231, 2008. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3871>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Recebido em abril de 2025

Aprovado em junho de 2025